

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ILHA DO TEIXEIRA

Carolina Rochelli Policarpo Ventura¹;

Milene Zanoni da Silva Vosgerau².

RESUMO

Ao analisar a estrutura educacional brasileira em relação ao campo, suas diferenças sociais, evasão escolar, o analfabetismo e as dificuldades de locomoção até as escolas mais próximas as comunidades afastadas territorialmente, constatei que a exclusão ainda é um fenômeno que cresce e muitas vezes isto ocorre bem mais próximo do que imaginamos. Neste sentido e para compreender melhor esta situação, realizei uma pesquisa de campo onde o local escolhido foi a Ilha do Teixeira, que pertencem ao Município de Paranaguá, que faz divisa com o Município de Antonina, a pesquisa ocorreu no período de outubro de 2010 a março de 2011. Nesse contato percebi que esses ilhéus de fato estão excluídos do processo de continuação do ciclo educacional, pelo fato de não terem uma escola que atenda as séries posteriores ao 4º ano das séries iniciais da educação básica. Então perguntei quais eram suas aspiração em relação ao processo educacional? Sem pensar muito responderam que almejavam uma escola que atende-se a continuidade das séries curriculares posteriores a séries iniciais da educação fundamental, não só para ler e escrever, mas para se profissionalizar a partir de uma formação que não renegue uma cultura para sobrepor outra. Pois a Escola Municipal “Eulália Maria da Silva” na ilha, atende somente as turmas de 1ª a 4ª série e para dar continuidade ao estudo os alunos tem que se deslocar até o Colégio Estadual Moysés Lupion ensino de 1º e 2º graus. Perguntei então o que impede esse

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de XXX, e-mail: tal.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

deslocamento? Responderam que é passível de vários empecilhos, tanto financeiro em função do combustível utilizado pela embarcação, da necessidade de as crianças terem que ajudar os pais no trabalho diário com a pesca para aumentar a renda familiar, como também o fato de terem que enfrentar logo cedo as peripécias climáticas em função do tempo e das marés.

Palavras-chave: Inclusão, Continuidade e Igualdade.

1 CONTEXTO

Esse estudo é fruto de uma inquietação pessoal com base no que foi estudado durante o curso de educação como base para transformação de sujeitos do campo. E nesta pesquisa pude perceber como o poder público é alheio as questões educacionais, e principalmente nos lugares mais afastados e de difícil acesso, sendo assim foquei a pesquisa na Ilha do Teixeira, que fica na divisa da baía de Paranaguá e Antonina, as visitas que fiz despertou minha análise acerca da continuidade do processo educacional e como compreender o abandono do estudo por falta de uma escola que atenda as necessidades básicas de oferta de séries para continuação escolar.

Neste sentido o que chamou a atenção foi o relato de uma senhora, mãe de dois alunos da Escola Municipal “Eulália Maria da Silva” na ilha, em relação à qualidade educacional: O que temos aqui é de fato uma educação fraca, as crianças demoram muito para aprender a ler, sem contar à professora que falta bastante, mas entendemos que os motivos não são exclusivamente da professora, pois quando ela não vem é porque aconteceu alguma coisa com a lancha que é da prefeitura de Paranaguá e que trás a professora para a Ilha. A professora se empenha muito para ensinar, mas as condições e recursos são precários e muitas vezes a professora tira do seu salário para ajudar aqui na escola. É uma pena, pois as crianças que com muito sacrifício conseguem ir estudar e dar continuidade nos estudos lá em

Antonina, ainda ficam espertinhas, mas as que não conseguem e ficam aqui, mal conseguem ler e tem muita dificuldade em se expressar.

Somente a educação, não resolverá os problemas sociais que vivem as famílias de ilhéus. Serão necessárias outras políticas nas áreas do campo das ilhas, para que as populações que optaram em residir e trabalhar no campo vivam com mais dignidade. O fato da evasão escolar se dá por falta de uma escola na ilha onde os ilhéus tenham condições de estudar e dar continuidade nos estudos, e para isso é necessário potencializar e investir na qualidade da educação, ofertada as populações do campo bem como em outras políticas públicas necessárias a esta realidade. Mas para isso acontecer, é relevante pleitear propostas de políticas públicas consistes e condizentes com as diversas realidades rurais, para construção de escolas do campo de qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada, professores melhor remunerados e com formação própria para atuar nessas escolas.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A pesquisa procedeu em forma de algumas questões colocadas de maneira bem imediata, com base em um questionário preservando o anonimato do entrevistado, com foco direcionado a educação, como por exemplo: Quantos moram na casa? Qual o nível de escolarização dos pais? Tem filhos na rede educacional? Tem filhos fora da rede educacional? Quais os principais motivos do abandono escolar? Tem alguém estudando fora da Ilha? Onde estuda? Como faz para se deslocar até a escola fora da Ilha? Qual a qualidade da educação na Ilha? O que almejam no campo educacional? De forma que outras perguntas foram aparecendo no decorrer do trabalho de campo com ênfase na reflexão em torno dos problemas enfrentados, escolhas, dificuldades e descobertas. Uma vez que esta tarefa se

mostrou como um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador.

Esse trabalho foi desenvolvido no período entre outubro de 2010 a março de 2011, especificamente na Ilha do Teixeira pertencente ao Município de Paranaguá, mas que fica de frente o porto de Antonina e para chegar à Ilha, somente via barco e o ponto de saída pode ser por Paranaguá ou pelo portinho do Rio das Pedras, pertencente ao Distrito de Alexandra da Cidade de Paranaguá – Paraná.

Conforme segue abaixo, na ilustração do mapa, retirado da fonte:
<http://www.paranagua.pr.gov.br/IIlTei.html>



Fizeram parte da pesquisa 08 famílias, das 55 que habitam a Ilha do Teixeira, ao qual uma dessas famílias informou que eles se organizam em torno de uma associação de moradores com representação administrativa local eleita através do voto direto, mas que só representa, pois não existem verbas administrativas e nem quadro de funcionários, a energia elétrica é fornecida pela Empresa Privada COPEL,

o abastecimento de água é via poço artesiano, o atendimento médico mensal, pois não existe posto de saúde na Ilha, tem uma Escola Municipal “Eulália Maria da Silva” na ilha, atende somente as turmas de 1ª a 4ª série e possui um telefone público. A fonte de renda é oriunda da pesca e do cultivo marinho.

Em decorrência desse trabalho percebi a que educação do campo tem se constituído como um instrumento relevante e às vezes tem sido definida por concepções de educação que no processo histórico tem seguido para caminhos positivos do avanço ao processo educacional. No entanto ainda falta muito para a educação alcançar patamares bem mais favoráveis na zona rural. Pois ainda é negado o acesso a continuidade no desenvolvimento educacional a muitas crianças e jovens, sem falar nos adultos que gostariam de retornar as escolas.

Os alunos que residem na Ilha do Teixeira têm a necessidade de deslocamento da ilha até o município de Antonina, utilizando a canoa como meio de transporte, para dar sequência ao processo de escolarização. Pois a escola Municipal Eulália Maria da Silva, atende somente as turmas de 1ª a 4ª série e para dar continuidade ao estudo os alunos tem que se deslocar até o Colégio Estadual Moysés Lupion ensino de 1º e 2º graus.

Na ilha do Teixeira é possível perceber que a concepção de educação que vem sendo empregada em nível de Educação Básica de 1ª a 4ª série, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, é preciso elevar a escolaridade dos ilhéus. Há ainda uma grande insatisfação, ocasionada pelo não acesso a escola em nível de Educação Básica séries finais de 5ª a 8ª série e Ensino Médio, assim como, sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos das políticas públicas. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo nas ilhas.

A educação do campo na Ilha do Teixeira perpassa pelo modelo de educação rural que tem moldado a formação dos indivíduos com base no pensamento da produtividade, na exploração dos recursos naturais e humanos. A referência de

estudo sobre a educação do campo na ilha são as escolas multisseriadas como uma representação específica de precariedade oriunda também da ausência de políticas públicas.

3 CONSIDERAÇÕES

Para entender e compreender a referência de ensino em escolas multisseriadas é imprescindível saber em que ela está fundamentada. E para isso é necessário retomar ao pensamento de que a educação do campo recebeu influências da escolarização urbana e industrial onde se organizou a estrutura do sistema de ensino de forma multisseriada.

Essa diversidade dentro da sala de aula corrobora para que a escola do campo se detivesse em apenas alfabetizar o povo para colaborar com fins de instrução e não de intervenção na realidade. Quanto menos homens e mulheres apolíticos, melhor para os detentores do poder e as elites políticas.

Portanto, as escolas multisseriadas estão inseridas no conjunto da educação brasileira em paradigmas de dominação dos trabalhadores do campo por meio de uma escola caracterizada pela padronização de um modelo que para Arroyo *"a escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira"* (ARROYO 1999). Que tem sido implantada pela cultura do saber homogêneo numa diversidade histórica-social-cultural da educação brasileira, mesmo sendo a educação um compromisso público e social. E um direito de todo cidadão brasileiro.

Sinto que é urgente superar as desigualdades escolares sofridas pelos povos do campo nas ilhas. Desigualdades econômicas, sociais, e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. *"Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que*

seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica” (ARROYO 1999).

Agora entendo porque Arroyo critica a sociedade brasileira por não oportunizar políticas públicas de educação para as populações do campo. Pensando nesta situação da falta de acesso a continuidade escolar, percebo que o sistema educacional da sociedade brasileira, dentro do processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo e considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina.

Articulado a esse pensamento, Arroyo acrescenta: *“A crença que a função da escola é transmitir o saber socialmente construído. Não se trata de superar o direito de todo ser humano ao saber socialmente construído, a cultura de vida, a herança cultural. Trata de que isso passou a ser um slogan, que precisa ser mais trabalhado, mais pesquisado. Até onde os saberes escolares são saberes construídos ou apenas parte e até filtram esse saber construído? Até onde há seletividade dessa construção? Até onde em nome do direito aos saberes escolares, negamos os saberes construídos? Até onde são saberes mais mortos do que vivos?”(ARROYO 1999).*

Neste sentido se identifica a base do processo educativo como formação da consciência e no estabelecimento da relação dialógica com o sujeito que aprende, interligando a dialética dos seus conhecimentos aos da comunidade que se insere que conserva, mas também se modifica.

Para Freire *“não existe nenhuma estrutura exclusivamente estática, assim como, não há uma, absolutamente dinâmica. Isso vale para a estrutura construída pelas sociedades e também para a educação. Desde a Antiguidade até a contemporaneidade, as concepções de educação sofrem alterações, modificações ou surgem novas”. (FREIRE 2007)*

No entanto a realidade social dessa ilha propicia a evasão escolar em função da dual realidade financeira entre a Ilha do Teixeira e o Município de Antonina,

também aja visto a necessidade do trabalho. Portanto, a descrição dos aspectos da vida diária dos ilhéus se faz relevante para compreender o processo educacional desta população; como os indivíduos percebem o ambiente em que vivem; os dilemas enfrentados nesta dualidade, bem como as dificuldades encontradas na manutenção e continuidade da educação.

Pois na Ilha do Teixeira é do senso comum que as crianças acompanhem seus pais na atividade pesqueira deste muito cedo. Os pais levam os pequenos em suas canoas e os ensinam a arte da pesca, a conservação das redes e manutenção de seu bem maior, a embarcação. As famílias necessitam da ajuda financeira propiciada pelos filhos e os estimulam na prática da pesca.

Compreende-se que este aprendizado tem sido passado de pais para filhos por gerações, supondo-se que o destino das crianças e sua futura atividade estão predeterminados. Quando ao refletir sobre os povos do campo percebe-se que este costume é comum, *“faz parte da educação da criança e do jovem o acompanhamento das atividades que os pais realizam”*. (SEED/PR. 2006) Segundo o mesmo referencial teórico, os povos do campo se caracterizam pelo seu jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, através da mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que reforçam as relações familiares e de vizinhança.

Brandão destaca que, *“a sabedoria acumulada do grupo social não “dá aulas” e os alunos, que são todos os que aprendem, “não aprendem na escola”. Tudo o que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas [...]. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende”*. (BRANDÃO 2007)

Nesta comunidade de ilhéus, os adultos conhecedores atuam como tutores de todas as relações entre a criança e a natureza, estabelecendo assim, situações de aprendizagem. Faz-se necessário, dessa forma, uma escola que não hipoteque o futuro da criança e constanja a sua vontade, mas sim uma escola de liberdade e de livre iniciativa.

Conversas informais com os moradores mais velhos demonstraram que acreditam na escola para seus filhos, mas quanto a eles, se dizem velhos, com problemas de concentração, dores no corpo, vista cansada, e acima de tudo destacam o distanciamento existente entre o que é ensinado na escola e a realidade em que vivem. Mencionam que, o ensino além de não modificar suas vidas não lhes trará benefícios, uma vez que as oportunidades de emprego na ilha são reduzidas. São pescadores, sentem-se acostumados a este tipo de vida e incapazes de modificá-la. A pesca é para eles coisa habitual, na verdade natural componente inevitável de sua existência. Ainda parece ser cedo para que estes habitantes se habituem à ideia de que a educação pode mostrar lhes outros caminhos.

Diante deste quadro, faz-se necessário oferecer uma aprendizagem que ofereça assimilação de novos conhecimentos e que esses conhecimentos teóricos e científicos os auxiliem na compreensão de seus direitos e deveres, na resolução de seus problemas e necessidades.

Com relação a esse fato cita-se Luria, *“Quando muda o padrão de vida e se ampliam as dimensões da própria experiência, quando eles aprendem a ler e a escrever, a ser parte de uma cultura mais avançada, esta maior complexidade de sua atividade estimula novas ideias. Tais modificações, por sua vez, ocasionam uma reorganização radical de seus hábitos de pensamento, de modo que eles aprendem a usar e a compreender o valor de procedimentos teóricos que anteriormente pareciam irrelevantes”*. (DUARTE 2003)

As pessoas reproduzem os afazeres de seus antepassados, dando continuidade a uma cultura estabelecida há muito tempo. Os mais jovens, no entanto, percebem que com a aquisição do conhecimento escolar, terão condições de modificar este padrão. O que se aprende na escola, o que se faz nela e o que se pensa dela está diretamente vinculado ao conhecimento que foi construído ao longo do tempo na sociedade e na prática escolar.

Constata-se de forma preliminar que existe a tentativa em estabelecer um vínculo entre o conhecimento vinculado nos livros didáticos e o modo de vida da

população da Ilha. Procuram tirá-los do senso comum que os levará a perpetuar a cultura local enfatizando a necessidade da educação para que possam fazer escolhas. Na tentativa de passar-lhes informações sobre a vida nos grandes centros ensinam que a cidade é excludente e que sem a educação oferecida na escola estariam somente inchando as periferias das cidades. No entanto, são nativos da ilha e poucos conhecem da realidade fora do contexto em que estão inseridos.

De acordo com Gramsci, a escola conduz, *“o jovem até os umbrais da escolha profissional formando-os entrementes como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.”* (GRAMSCI 1995).

Ao colocar em questão os aspectos culturais da escola e da vida dos ilhéus, coloca-se no debate a prática social de um povo que necessita de uma escola que ofereça a Educação Básica de 5ª a 8ª e Ensino Médio, que seja deles e não para eles como é oferecido no Município de Antonina. Dentre as principais conclusões, esta pesquisa vem sinalizando que o processo de escolarização na Ilha do Teixeira está adquirindo complexidade por não disponibilizar a continuidade no desenvolvimento escolar. Os ilhéus ainda procuram se adaptar ao fato de que não podem continuar a estudar.

As políticas públicas de educação implementada nas áreas rurais do Brasil, não tem dado conta de acompanhar o trabalho de produção do campo, com a formação profissional próprios para esta realidade e devidamente qualificada. Ocorre que, sucessivamente os governos brasileiros têm implantado uma educação que não atende e não respeita às especificidades de cada realidade regional e muito menos a diferenciação do campo para os ilhéus. Esse paradigma é marcada por contradições que de certa forma, vem interferindo na implementação de políticas públicas de afirmação para as populações que vivem e trabalham nas ilhas.

É por isso que para os moradores da ilha do Teixeira mais antigos, a escola não tem tanto significado, uma vez que, o aprendizado da profissão tem sido adquirido com os pais e não pela escola. Desta forma, a escola é pautada em apenas instruir o homem do campo, para ler, escrever e contar. Essa ideia de

instrução do trabalhador nos remete a uma ideologia de que o sujeito da ilha não precisa estudar, pois, trabalhar com a pesca, por exemplo, requer apenas esforço físico, não precisaria raciocinar refletir, questionar e sim, somente manusear os instrumentos e saber utilizar o mar adequadamente. Para alguns os ilhéus estão acostumados com a pesca, usam somente as mãos e não a cabeça. Por isso, não necessitam de estudar, de pensar, de governar suas vidas com base em livros. Eles não precisam saber, apenas precisam acreditar.

Elaine Furtado enfatiza que: *“o conceito de campo em oposição ao urbano no Brasil, teve até a década de 70 sua expressão máxima, significando a diferença entre o atraso e o moderno, ou seja, o fato de está na territorialidade definida como urbana, significava está em contato com o que havia de mais moderno, avançando Mas o que seria esse moderno? Obviamente produtos produzidos pela indústria, graças ao a capacidade de alcance e descobertas das ciências e das tecnologias que prosperavam e ainda pelos bens e serviços proporcionados pela cidade “.* (FURTADO 2006).

Por outro lado, temos ilhéus que acreditam que esse pensamento é arcaico, pois não podemos subestimar sua capacidade intelectual de pensar, explicitando a ideia de um homem que se assemelha a uma máquina, um ser mecânico, ingênuo que não precisa saber, porque saber é poder, e poder não pode ser dado ao pescador. Uma expressão um pouco rudimentar, pois, as técnicas desenvolvidas no trabalho da pesca, se transformam com o aparecimento de novas tecnologias que são assimiladas pelas novas gerações independentes do trabalhador da pesca ter ou não domínio do mundo letrado.

Para Molina: *“a educação do campo em suas correntes mais conservadoras ignora a realidade que se propõe a trabalhar, teve origem no pensamento latifundista empresarial, de controle político sobre a terra e aqueles que nela vivem e trabalham. Essa educação incorpora princípios e valores desvinculados da cultura e da familiaridade que os sujeitos sociais do campo possuem do solo, da água, da*

floresta das culturas de cultivos e da pesca, enfim, desta convivência humana com a natureza e com os outros seres humanos”. (MOLINA 2004).

Esse paradigma de educação e ideologização tem influenciado o pensamento humano de diversas gerações, consolidando a supremacia de um poder dominante, pela via de submissão, presente em diferentes espaços no qual a escola – lugar do saber/conhecimento sistematizado - é um destes.

Mas, evidentemente, a maioria das pessoas que vivem na Ilha do Teixeira têm procurado resistir a certas situações de dominação, através de pessoas que partilham desse mesmo ideal de educação como princípio para uma melhor qualidade de vida, provocando ações que obrigam os governos a implementar alguns anseios dos pescadores dentro do cenário das políticas públicas.

Os trabalhadores pesqueiros, assim como os pequenos agricultores, retomaram suas experiências de organização efetivando através das práticas de formação educativa desenvolvida dentro da escola, tornando esses sujeitos sociais, conscientes de seus direitos, oportunizando intervenções na realidade em dimensões diversificadas pela forma consciente de observar, interpretar, reinterpretar e agir frente à realidade cotidiana.

Assim, pode-se dizer que a educação, enquanto direito fundamental, foi ao longo dos anos, negligenciada às classes mais pobres da população brasileira. E em decorrência disso, realizaram-se lutas, organizadas em todo país, para que se efetivassem direitos constitucionais que garantisse uma educação que atendesse os excluídos. É óbvio que transformar anseios, historicamente negados em legislação, representa, sem sombra de dúvidas, um avanço, uma conquista relevante, mas é preciso que isso se materialize em políticas de ações concretas e sejam desenvolvidas nos municípios de Paranaguá e Antonina, mas específico na Ilha do Teixeira.

Para os que aceitam o desafio de continuar o processo educacional, como sujeitos conscientes com uma visão humanizadora, valorizando o ilhéu através de sua identidade cultural e compreende o trabalho pesqueiro como algo que dignifica o

homem enquanto sujeito histórico e não como apenas mais um que não conseguiu dar continuidade em seu desenvolvimento escolar. Sendo assim a educação do campo na Ilha do Teixeira apresenta uma nova conotação sendo vista como o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo.

Com base nesse pensamento, começou-se a discutir outro perfil de escola do campo, não uma educação para os sujeitos do campo e sim uma educação com os sujeitos do campo.

Reitera Molina: *“que a educação do campo como novo paradigma, está sendo construída por diversos grupos sociais e universidades, rompem com o paradigma rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida, o lugar da dialetização da cultura, do saber e da formação de identidades”* (MOLINA 2004).

A proposta é pensar em uma escola que venha de encontro com a necessidade desses ilhéus, sem que aja a necessidade de deslocamento da Ilha. Onde ocorre com muita frequência a evasão escolar, por motivos já apresentados neste trabalho, assim como a condição financeira para meio de transporte marítimo e condições climáticas de mares.

É necessário definir afirmações da articulação pública para acampar o movimento de educação do campo na ilha, não mais pensando apenas na educação "básica" (1ª a 4ª séries), mas, na luta para inserir os filhos dos trabalhadores do campo, em toda educação básica (educação infantil, fundamental e médio), e nas universidades públicas brasileiras, de graduações e pós-graduações; uma vez que, o campo também necessita de diversos profissionais qualificados para atuarem nessa realidade.

Referências

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. Projeto Popular e escolas do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma educação básica no campo. 2000. Coleção por uma educação básica no campo, nº 3.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, Newton. Conhecimento Tácito e Conhecimento Escolar na Formação do Professor: por que Donald Schön não entendeu Luria. Educação e Sociedade, Campinas, vol.24, n.83, p. 601-625, ago 2003.

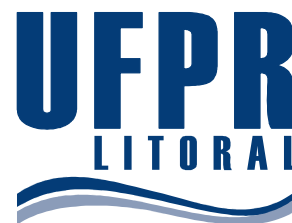
FREIRE, P. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. Elanefurtado@Webcabo.com.br; Ed urtado@uol.com.br, 2006. Acessado em 12-02-2011.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. 9.ed. Civilização Brasileira, 1995.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



MOLINA, Mônica Castanga e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

SEED/PR. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná: Educação do Campo. 2006.

SITE: <http://www.paranagua.pr.gov.br/IITei.html>